

## O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL- SÃO JOSÉ DO NORTE-RS

**Cláudia Brazil Marques**

Universidade de Santa Cruz (UNISC)

**Dieter Rugard Siedenberg**

Universidade de Santa Cruz (UNISC)

**Carlos Honorato Schuch Santos**

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

### O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL - São José do Norte-RS

**Resumo:** Neste trabalho são discutidos alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas; destaca-se a análise de estilo político, considerando-se as implicações desta abordagem para a realidade político-administrativa de regiões em desenvolvimento, particularmente do município de São José do Norte, RS- Brasil, caracterizado por uma sociedade democrática, república com raízes regionalistas e por uma economia em base de produção primária.

**Palavras-chave:** políticas públicas, São José do Norte, desenvolvimento local.

### THE ROLE OF LOCAL DEVELOPMENT PUBLIC POLICIES – “São Jose do Norte- RS”

**Abstract:** In this paper some basic concepts of the analysis of public policies are presented, emphasizing the political way of dealing with these policies, analyzing the implications of this political-administrative approach to the reality of the regions in development, particularly in the Brazilian city of São José do Norte in the state of Rio Grande do Sul, which can be characterized by a democratic society republic with strong local roots and by an economy based on primary production.

**Key words:** public policies, São José do Norte city, local development.

Recebido em 18.09.2008.Aprovado em 19.11.2008

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende refletir sobre uma dada nova modalidade de organização econômico-social que vem emergindo no município de São José do Norte, RS-Brasil: a inserção do Porto Privado da Empresa de Celulose Aracruz. Tal modalidade se constitui não só como uma alternativa de renda, mas também como uma forma de desenvolvimento sócio-econômico e de retomada da política pública social.

De fato, os últimos anos estão sendo marcados como um período de grandes transformações sociais, econômicas e culturais nos âmbitos das economias mundial, nacional e regional que são convergentes à sinalização do Brasil como país emergente no campo do desenvolvimento econômico. Devido à globalização da economia, muitas dessas alterações podem provocar crises no mercado e nas relações de trabalho, sendo, o desemprego, uma das expressões dessas crises. Diante desse cenário, os governos e a sociedade buscam novas alternativas para sair da situação de escassez dos recursos produtivos.

Tais práticas alternativas têm sido determinadas ou caracterizadas pela abertura dos mercados, a inserção do capital privado na economia local e participação na melhoria das condições sociais dos municípios nos quais essas alternativas se desenvolvem. Como exemplo cita-se a PETROBRAS, empresa brasileira, estatal que, além da produção de produtos e serviços, vem desempenhando importante papel nos marcos dos projetos de responsabilidade social junto a diversas comunidades, com projetos sociais e culturais que muitas vezes proporcionam, ao incentivo, renovação de auto-estima e promoção de alternativas produtivas para o desenvolvimento de uma determinada região. Em São José do Norte, a Cia de Celulose Aracruz também almeja contribuir com o processo de desenvolvimento sócio-econômico e territorial local mediante a construção de um terminal portuário. O governo do Estado do Rio Grande do Sul vem incentivando a captação de capitais e novos investimentos para esse estado, inclusive acenando com políticas que, de alguma forma, contemplem os interesses de novos investidores e da população local.

A partir dessas indicações, este trabalho pretende contribuir na reflexão sobre os enfoques teóricos das políticas de desenvolvimento local/regional que vêm sendo discutidas no âmbito da economia e de estudos regionais, a exemplo dos sistemas locais de inovação, ambientes inovadores e economia solidária, investigando quais deles vêm sendo utilizados como estratégias de desenvolvimento local em São José do Norte.

## 2 POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: enfoques teóricos

A temática do desenvolvimento local vem sendo debatida mediante diversos enfoques e argumentos

sobre seus constrangimentos e possibilidades. Como lembram Giuseppe Cocco e Alexander P. Galvão, no Brasil, nesta virada de século, o local parece constituir-se na tônica geral da definição dos novos rumos das políticas públicas ativas de desenvolvimento econômico e social. Do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, do ABC paulista ao Ceará, do BNDES à Caixa Econômica Federal passando pela FINEP, do SEBRAE ao SENAI há uma multiplicação generalizada de instituições, projetos, pesquisas, seminários e experiências que visam ao desenvolvimento local. (COCCO; GALVÃO, 2001)

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como o conjunto de estratégias e ações para a (re) construção da base produtiva local (para a ativação da economia local) (SILVA, 1998) e pode provocar impactos no território. Ele não deve ser confundido com desenvolvimento urbano. O desenvolvimento urbano dá-se a partir de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo resultando na ordenação do território e de equipamentos coletivos.

A idéia de local, por sua vez, pode ser entendida como um município parte de município, um conjunto de municípios, um estado ou mesmo uma região. Desse modo, no âmbito da presente reflexão, a idéia de local se confunde com a de município, a mais localizada instância de poder no Brasil. O município é uma instância de poder político e é um recorte territorial. É uma das formas de domínio territorial-estatal. Na gestão política há uma hierarquização territorial na qual o município é um dos níveis hierárquicos. (VITTE, 2006)

Assim, as ações e estratégias de desenvolvimento econômico local ocorrem em um espaço herdado que é constituído por uma história local, um padrão de organização do território e da força de trabalho e por um dado grau de desigualdades sociais. A execução de estratégias sobre o espaço herdado promove impactos e possibilita a construção de um espaço projetado (COELHO, 1996) ou não, mas certamente transformado.

O ponto fundamental deste debate refere-se às possibilidades e limites dessas políticas e estratégias de indução do desenvolvimento em dois sentidos. Primeiro, em reduzir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras e dos estratos economicamente mais vulneráveis; segundo, sua capacidade em fazer avançar a democracia e permitir o direito à cidade para todos.

A dimensão social e territorial do desenvolvimento é considerada por muitos estudiosos como a mais importante contribuição da abordagem neommarshalliana. Assim, a importância da aglomeração e de fatores não-econômicos como a cultura, as normas e instituições na determinação da performance das regiões vem adquirindo relevância (SCHILLER, 2004). A proximidade introduzida pelo enfoque territorial, grosso modo, dos meios inovadores ou dos distritos industriais, sendo

que os seus defensores consideram o território um conceito econômico e não apenas um recorte institucional. Nesse enfoque, o território pode ser discutido sob três perspectivas (RALLET, 2002):

- ✓ o enfoque histórico do território: um complexo localizado, historicamente constituído de relações econômicas entre uma diversidade de agentes e instituições;

- ✓ o enfoque funcionalista: o território é entendido como uma construção baseada em relações de proximidade que fixam os contornos ou uma zona delimitada pela existência de relações de proximidade; e

- ✓ o enfoque institucional: define o território como a zona sobre a qual se projeta a ação de políticas públicas, de forma que o território se confunde com a autoridade pública que o administra e a proximidade dos agentes é definida por uma pertença institucional.

Considera-se, portanto, que a demanda induz e cria, por meio do princípio da demanda efetiva, a oferta. Essa se ajusta, tanto no curto quanto no longo prazo, às variações dos seus componentes autônomos (o padrão de financiamento, consumo e concorrência e as relações sociais entre capital e trabalho) e induzidos (mecanismo acelerador que ajusta o estoque de capital). Toma-se o desenvolvimento econômico como um processo de mudança estrutural decorrente da acumulação de capital que eleva a produtividade do conjunto da economia sustentando altas taxas de crescimento no médio e longo prazo. Por mudança estrutural, entende-se a transformação dos coeficientes técnicos das funções de produção e da matriz insumo-produto de um país.

De acordo com a primeira lei de Kaldor, a indústria de transformação é o motor do crescimento, não apenas por causa da grande parcela que o produto industrial representa sobre o total produzido, mas também porque quanto maior a taxa de crescimento da produção industrial, maior será a taxa de crescimento da economia. Essa relação, a segunda lei de Kaldor, também conhecida como Lei de Verdoon, deve-se ao impacto que a atividade industrial exerce sobre a demanda e sobre a produtividade da economia na medida em que desloca o trabalho dos setores de baixa produtividade para a indústria e pela existência de retornos crescentes estáticos e dinâmicos.

A retomada da discussão em torno do tema do desenvolvimento regional como política pública vem no bojo da revalorização do local efetivada no contexto dos processos de globalização e de ajuste produtivo que marcam o início do século XXI.

Nesse âmbito, a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. Na perspectiva sócio-cultural os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região. (BARQUERO, 1988)

De forma antagônica ao pensamento normalmente associado às teorias endógenas, não se busca, neste enfoque, o fechamento ou isolamento regional, nem mesmo o autocentrismo e a auto-suficiência. A idéia

do desenvolvimento endógeno moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre à consolidação de um desenvolvimento originalmente local criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas dentro da perspectiva de uma economia aberta. (AMARAL FILHO, 1996)

Um grande avanço da moderna teoria regional endógena é considerar a importância da sociedade e das relações sociais no processo desenvolvimento da região. Mais do que isso, na visão de Boisier (1997), a sociedade civil, e nela compreendidas as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

O entendimento dessas perspectivas abre novos campos de ação dentro da esfera governamental. O Estado deverá ter sua atuação direcionada para outro ângulo voltado à percepção das capacidades e potencialidades locais a partir de políticas de coordenação e promoção das iniciativas sociais. Maciel (1996, p. 152), em seu estudo sobre o desenvolvimento da Itália nas últimas duas décadas, também observa essa necessidade da reorientação da ação estatal. Segundo sua análise,

Esse papel coordenador do Estado remete-nos inelutavelmente para o papel mais crucial das formas de organização da sociedade civil no processo de geração, distribuição e apropriação do conhecimento e das inovações dele advindas. Redes de colaboração formadas por empresários, sindicatos, organizações comunitárias, instituições científicas e de informação são composições flexíveis de agentes da sociedade civil para uma nova articulação entre Estado e sociedade. Esse é mais um aspecto do deslocamento dos espaços da administração pública.

As desigualdades intra e inter-regionais são resultado de muitos determinantes, dentre eles, as formas de apropriação da terra, do capital e da renda e hoje, mais do que nunca, do modo como se produz, conserva e se dissemina o conhecimento na sociedade, ou seja, a educação, a qualificação, a ciência e a tecnologia e a capacidade de inovação e de empreendimento.

É importante observar que o investimento público possui um papel ainda mais específico do que o gasto público em geral. Enquanto os gastos públicos constituem-se em um componente da demanda agregada e determinam a intensidade do supermultiplicador, o investimento público representa, também, criação de capacidade produtiva. Entretanto, ao contrário do investimento privado, ele é autônomo, pois depende da decisão das autoridades do governo de responderem ou não a uma necessidade induzida pela expansão econômica. É, dessa forma, uma variável política.

Há duas possibilidades de interpretação sobre a relação entre investimento público e privado: a existência de complementaridade (*crowding in*) ou substituição (*crowding out*). Embora os dois fenômenos possam ocorrer simultaneamente, defende-se que, em geral, o investimento público e o privado guardam uma relação de complementaridade não necessariamente linear e proporcional.

Do ponto de vista empírico, inclusive em trabalhos tradicionais, apura-se essa complementaridade entre o investimento (notadamente em infra-estrutura) e o produto e a produtividade.

Calderón e Servén (2004) e Candido Jr. (2006) também encontraram uma relação positiva entre o investimento público em infra-estrutura e o crescimento em países latinos. Em ambos os trabalhos a causalidade é explicada conforme a linha tradicional, isto é, os impactos positivos do investimento público se manifestam por meio de menores custos de produção e ganhos de produtividade total dos fatores, que acarretam em maiores investimentos privados.

O investimento público tem efeitos complementares ao investimento privado porque, do lado da demanda, sustenta o ciclo econômico e expande e integra o mercado; e, do lado da oferta, afeta a produtividade geral da economia e antecipa os ciclos de investimento (se houver planejamento econômico). Esse investimento é capaz de deslocar a estrutura produtiva para setores intensivos em capital, por meio das políticas de compras das empresas estatais e dos investimentos do governo em infra-estrutura em benefício dos produtores internos, impactando o montante e a alocação dos investimentos em geral. O volume e a composição dos investimentos públicos são cruciais para a taxa de investimento, para a sua distribuição setorial e para a produtividade do conjunto da economia.

Chang (2003) apresenta uma argumentação completa sobre a importância das políticas públicas e das empresas estatais. Para esse autor, a política industrial voltada ao investimento público é crucial tanto do ponto de vista estático quanto dinâmico. No caso estático, a intervenção do Estado é importante, pois o mecanismo de mercado possui algumas falhas na coordenação que são custosas à sociedade, inclusive às firmas; o Estado representa o interesse nacional, que é o ponto focal para a determinação das políticas e as políticas públicas podem garantir a oferta nos casos onde a demanda não é previsível e o investimento privado não se aventuraria. Já no caso dinâmico, a política industrial faz-se necessária para conduzir a mudança estrutural que induz aumentos de produtividade à economia. Para Chang, as mudanças tecnológicas endógenas são intencionais e o investimento privado é alocado estrategicamente nos setores que podem oferecer maior retorno. Se os custos de transação impedem contratos que desenvolveriam a economia diversificando a

estrutura produtiva em direção à formação da indústria intensiva em capital e tecnologia, a intervenção do Estado e governos via políticas públicas ou atividade produtiva direta faz-se necessária.

### 3 REORGANIZAÇÃO MUNDIAL DOS ESPAÇOS PRODUTIVOS: questões pertinentes aos portos

A reorganização mundial dos espaços produtivos e o surgimento de dinâmicas comerciais específicas exigiram e incluíram também um conjunto de mudanças na estrutura mundial dos portos: novos métodos de movimentação de cargas, equipamentos com sofisticação tecnológica, mão-de-obra especializada e agilidade. Destacam-se, nesse âmbito, os avanços da engenharia naval e a construção de novos tipos de navios mercantes, como os *Ro-Ro*, para o transporte de veículos. No entanto, atribui-se a maior transformação do setor aos navios contêineres, especialmente projetados para a maximização do transporte de contêineres, ícones das transformações mundiais no transporte e manuseio de cargas.

Dá-se, então, que a eficiência e a dinâmica de um porto não se limitam às instalações e à capacidade dos navios, mas, principalmente, ao seu entorno, dadas as atividades produtivas que fazem uso dos seus serviços, ou seja, sua hinterlândia. Reafirma-se, desse modo, que a dinâmica portuária e as mudanças nos métodos das operações portuárias estão sempre associadas à reorganização mundial dos espaços produtivos e ao surgimento de dinâmicas comerciais específicas.

Com a globalização, novas demandas foram colocadas para os portos, o que resultou em mudanças no sistema portuário mundial e nas cidades com portos. Em relação ao porto, destaca-se que o mesmo não pode ser pensado apenas do ponto de vista técnico e operacional. Ele não deve ser considerado apenas um corredor de movimentação de mercadorias e, sim, um instrumento a serviço de um projeto de desenvolvimento.

Consideradas diversas características do mundo globalizado, ressalta-se a prática que prioriza a agilidade nas conexões que transportam bens ou serviços, tangíveis e ou intangíveis e também uma maior valorização das potencialidades locais que deveriam interagir com a dinâmica do comércio local ou global, sob a ótica da sustentabilidade.

O espaço portuário-retroportuário do Rio Grande (RS) é caracterizado como um desses lugares fragmentados das estratégias econômicas mundiais, configurando um espaço geoestratégico em função do MERCOSUL. Tal referência leva-nos a considerar certas relações entre as categorias tempo e espaço.

A dialética do espaço é, também, a dialética do tempo, pois todas as ações que conduzem à produção do espaço têm um sentido temporal. As acelerações do tempo nos processos econômicos



conduzem ao aniquilamento do espaço, configurando a conceituação de compressão do espaço-tempo.

A fragmentação do espaço (socioeconômico) define a nova realidade emergente do processo de globalização econômica: o lugar onde se realizam as práticas produtivas globais. São estabelecidas, dessa maneira, no espaço construído ou em redefinição, novas conexões entre a ação de produção e a manifestação de poder na gestão do território. Entre o espaço local e o espaço global se estabelece uma dialética que une e fragmenta ao mesmo tempo.

A categoria dos espaços globais une as instâncias da geografia dos espaços econômicos, o lugar, a região e a macrorregião em nova realidade espacial, configurando novas geoestratégias. Os lugares-locais, produto da herança histórica e institucional, com forte carga regional ou nacional são, na verdade, objetos físicos que se fragmentam, redefinem-se e reordenam-se na passagem de uma para outra geoestratégia econômica. A partir desse momento formam-se diversos círculos de poder local, nacional, regional, transregional e multinacional.

Pode-se, seguindo a lógica de Boisier (1996), pressupor que a imagem futura da região se constrói fazendo uso da metodologia prospectiva dos cenários. O primeiro, o cenário atual, é na verdade uma descrição ordenada da realidade presente. O segundo deles, o cenário tendencial, reflete as tendências prováveis que mostrarão a situação da região em médio prazo (ao redor de dez anos).

Tais tendências denotam o movimento possível das variáveis ou atributos do desenvolvimento regional, incluindo outros elementos que interagem com eles. O cenário contextual, por sua vez, descreve o entorno futuro no qual se vinculará a região, entorno que pode ser nacional ou, em alguns casos, internacional.

#### 4 SÃO JOSÉ DO NORTE X INVESTIMENTO CAPITAL PRIVADO

Finalmente vem o cenário estratégico, que representa exatamente o futuro construído para a região. Isto é precisamente o que se pretende demonstrar neste estudo em relação ao sítio portuário do Rio Grande. O cenário atual, a tendência para o futuro, bem como o entorno regional supranacional e o futuro construído, tudo isso junto configura a nova geoestratégia do porto. No contexto de uma política voltada para a economia global foi instituída a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993. Essa Lei dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias segundo a Lei de Modernização dos Portos Brasileiros. O Porto do Rio Grande foi o primeiro porto estatal a ser enquadrado na nova lei portuária, o que favoreceu a caracterização de uma outra forma de organização da zona portuária, redefinindo as funções do território.

A transformação da área portuária-retroportuária de um *lugar-local* para um *lugar-global*, ou seja, sua inserção no processo de abertura da economia à globalização produziu três consequências imediatas: internacionalização dos terminais portuários, absorção de empresas nacionais por capitais externos na área do distrito industrial retroportuário e a instalação de uma inédita forma de poder no território. O novo agente de poder é o capital externo representado por consórcios de gestão operacional nos terminais portuários e na gestão das empresas multinacionais instaladas na área retroportuária.

O terminal marítimo da Aracruz, em São José do Norte, no sul do estado do Rio Grande do Sul, investimento estimado em R\$ 120 milhões de reais, servirá para a exportação de celulose da empresa da fábrica em Guaíba com destino à Ásia. Segundo o prefeito de São José do Norte, José Vicente Ferrari (PSDB), o terreno de 64 hectares adquirido pela Aracruz já começou a ser cercado e logo começarão os trabalhos de escavação e nivelamento da área. De acordo com as estimativas divulgadas no município e no estado, durante a implantação do terminal deverão ser gerados 850 empregos diretos e 4,2 mil indiretos. Em operação, esses números passam para 130 diretos e 650 indiretos. A conclusão da obra está prevista para 2010.

No contexto das estratégias e ações relativas à implantação do primeiro terminal marítimo do Porto do Rio Grande na margem leste, em São José do Norte, a Aracruz Celulose oportuniza cursos para capacitar a mão-de-obra local que deverá trabalhar nesse empreendimento. De acordo com o diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes (2008), a política da empresa prevê a valorização da mão-de-obra local e, dessa forma, teria sido constatada a necessidade de oferecer primeiramente curso de alfabetização para adultos e, num segundo momento, cursos de qualificação profissional.

O curso de alfabetização, a ser realizado em parceria com a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra/Guaíba) e a Prefeitura Municipal de São José do Norte, pertence à fase inicial do Programa de Qualificação Profissional de Mão-de-obra Local que a Aracruz pretende promover no estado. Nesse primeiro momento estão previstas oficinas de formação de professores da rede pública de ensino, com aulas ministradas pela Ulbra durante dois meses. Após esse período, a previsão é alfabetizar 1,5 mil pessoas no município, em turmas de 500 alunos. Os cursos têm duração de quatro meses e, ao final, os alunos aprovados serão selecionados para participarem do programa de qualificação profissional que objetiva capacitar trabalhadores na área da construção civil para atuarem nas obras do futuro terminal marítimo.

O terminal marítimo da Aracruz, que se localizará na área do Porto Organizado do Rio Grande, deverá ter suas obras iniciadas no primeiro trimestre de 2009 e sua operação iniciada no segundo semestre

de 2010. O terminal atuará na recepção de celulose vinda em barcaças, via hidrovia, para armazená-las e, posteriormente, embarcá-las em navios para exportação, tendo como principal foco os países asiáticos, destacando-se o mercado chinês.

Levando em consideração os pressupostos teóricos e indicações empíricas até aqui delineados, é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode se ater somente a ações de cunho ortodoxo como linhas de crédito, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital fixo. Ela deve também, e fundamentalmente, procurar manter e ampliar o estoque de capital social da comunidade local fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

Mas, para isso, é preciso encontrar ou contribuir para formar comunidades voltadas à colaboração e à participação. Comunidades compostas por segmentos sociais que entendam a importância do trabalho, do civismo e da criatividade, abertos à mudança e preparados para criarem e inovarem. Como defende Stephanie Marshall,

Precisamos criar comunidades voltadas para o aprendizado e para o ensino que capacitem os estudantes a orientarem o próprio aprendizado em prol de maior rigor, coerência e complexibilidade; a aumentarem o comprometimento intelectual, social e emocional com os outros e a favorecerem abordagens dinâmicas e colaboradoras para o aprendizado que os possibilite desenvolverem métodos integrados e sérios de aquisição de conhecimentos. [...] Para estudantes de todas as idades devemos criar comunidades voltadas para o aprendizado, que possam dar força, tempo e voz à indignação e à criatividade deles. (MARSHALL, 1998, p. 202)

## 5 CONCLUSÃO

Conclui-se, no ponto de vista teórico, que o investimento público possui papel essencial para o desenvolvimento na medida em que induz maior investimento privado, conforme forem as políticas macroeconômicas e a restrição externa. Essa relação se dá por quatro mecanismos principais: dois pelo lado da demanda e dois pelo lado da oferta. Do lado da demanda o investimento público ocasiona investimento privado induzido, primeiramente, pelo tradicional efeito do multiplicador e, em segundo lugar, pela expansão e integração físicas do mercado interno, principalmente por meio da infra-estrutura.

Do lado da oferta o investimento público e a política de compras das empresas estatais se constituem em

demanda autônoma que incentiva o uso de capacidade ociosa ou a extensão da capacidade produtiva de setores que, de outra forma, não teriam estímulos para serem produzidos. Além disso, os serviços do investimento público, principalmente de infra-estrutura, rendem uma redução dos custos de produção do setor privado, sendo capazes de incentivarem, portanto, a produtividade e a oferta das firmas.

É importante também realçar nestas considerações finais que o desenvolvimento regional deve ser estudado, pesquisado e debatido não somente sob a ótica das inter-relações econômicas entre a modernidade, a produção e o mercado, mas também sob a ótica de suas dimensões políticas e suas implicações territoriais, sociais e culturais. Dessa maneira, uma política de desenvolvimento regional deve incorporar diferentes abordagens: a abordagem supra-regional (vinculação ao projeto estadual de desenvolvimento), a abordagem inter-regional (interdependência e integração) e a intra-regional (desenvolvimento endógeno).

Tal política deve buscar um equilíbrio combinando variáveis demandadas pelo lado da oferta (potencialidades) com as do lado da demanda (mercado), considerando os determinantes que levam certas regiões e municípios a apresentarem indicadores sociais e econômicos mais elevados. Todavia, é importante reconhecer que, somente depois de identificadas e articuladas no contexto de um modelo de gestão adequado, tais variáveis poderão contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos territórios regionais, havendo, para cada região específica, estratégias também específicas.

A redefinição do papel do Estado em relação à promoção do desenvolvimento regional, ainda em construção, vem se efetivando por meio de diversos instrumentos de regulação e intervenção. Esses vão de processos efetivos de regionalização / descentralização até a alocação de recursos para a infraestrutura logística e tecnológica, a educação, a concessão de incentivos e crédito e a promoção da acumulação do capital social regional.

Importante e estratégica também é a redefinição da visão dos segmentos sociais e sujeitos políticos sobre as/suas regiões, sob a ótica das suas diferenças e potencialidades e do seu papel de auto-determinador do seu desenvolvimento. Buscar a valorização de estratégias regionais e particulares para contribuir com o projeto de desenvolvimento a partir de suas reais potencialidades de expansão produtiva e da preservação de seus recursos culturais e ambientais, base futura de uma rede estadual de desenvolvimento regional.

Em resumo, a desigualdade regional deve ser entendida também como produto histórico da falta de oportunidades que, possibilitadas, poderão permitir alavancar o desenvolvimento de um território de forma organizada e compartilhada. Por fim, o investimento é, a nosso ver, a variável-chave para o desenvolvimento e segue a expansão dos componentes autônomos e o investimento público

constitui parcela importante desse montante, sendo essencial para conduzir o ciclo de crescimento da economia.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. Dez, 1996.

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desarrollo local**. Una estrategia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirâmide, 1988.

\_\_\_\_\_. Desarrollos reciente de la política regional. La experiencia europea. **Revista EURE**, Santiago de Chile, vol. XXII, n. 65, jun. 1996.

BARROSO, Immaculada Caravaca. **Los nuevos espacios ganadores y emergentes**. Eure. Santiago: PUC, v. 24, n. 73, dic. 1998.

BENKO, Georges; LIEPITZ, Alain. **Las regiones que ganan**. Valencia: Generalitat Valenciana, 1995.

BNDES. Arrendamentos portuários. **Cadernos de Infra-estrutura**, n. 16. Rio de Janeiro, 2001.

BOISIER, Sergio E. **El difícil arte de hacer region**. Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

CALDERÓN, C.; SERVÉN, L. Trends in infrastructure in Latin America – 1980-2001. **Working paper**, Banco Central de Chile, n. 269, setembro de 2004.

CHANG, H. **Globalization, economic development and the role of the state**. London and New York: TWN, Zed Books, 2003.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patêz. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa (orgs.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001.

COELHO, Franklin D. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângelo; COELHO, Franklin Dias (org). **Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens**. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.

JIMÉNEZ, Edgard Moncayo. Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial. CEPAL/ILPES: Santiago de Chile. **Gestión Pública**, n. 13, 2001.

JURADO, Oscar Garcia. **Bajo la globalización, la idealización de lo local**. Rebelion, 05/10/2005. Disponível em: [www.rebelion.org](http://www.rebelion.org).

KALDOR, Nicholas. **Economic growth and the Verdoorn Law: a comment on Mr.,1975**.

KLEIN, Juan-Luis. **Iniciativa local y desarrollo: respuesta social a lo globalización neoliberal**. Eure: Santiago: PUC, v. XXXI, n. 94, dic. 2005.

MACIEL, Maria L. **O milagre italiano: caos, crise e criatividade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Paralelo 15 Editores,1995.

MARSHALL, Stephanie P. Criando comunidades vigorosas centradas no aprendizado para o século XXI. In: HESSELBEIN, F. et. al. **A organização do futuro: como preparar hoje as empresas de amanhã**. São Paulo: Ed.Futura, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2000. Tese de Livre Docência.

PELLEGRINO, Anderson César G.T. **Nas sombras do desenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil**. Campinas: Alínea/FAPESP, 2005.

RALLET, Alain. Economia de proximidade: em direção a um balanço. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, n. 02, 2002.

ROWTHORN'S article. **Economic Journal**, Cambridge, vol. 85, p. 891-96.

SANTOS, Gustavo Antonio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, arranjos e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**. Brasília: BNDES, v. 11, n.22, dezembro 2004.

SCHILLER, Maria Cristina O. S. Regulação dos territórios e dinâmicas institucionais da proximidade. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, n. 01 e 02, 2004

SILVA, Claudete de Castro. **Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa**. Tese de Doutorado (doutorado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, José Graziano da. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. **Globalização e sustentabilidade da agricultura**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1998. p. 29-42. (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 15).

SILVA, José Graziano da, et al. **Turismo em áreas rurais – suas possibilidades e limitações no Brasil**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural - Turismo rural e desenvolvimento sustentável da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1998.

VERDI, Adriana. **Metropolização de Campinas: possibilidades no entorno da Grande São Paulo**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo, 1997.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. Interações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v. 08, n. 13, setembro 2006.

**Cláudia Brazil Marques**

Economista; Mestre em Turismo. Doutoranda em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

E-mail: cbmarque@yahoo.com.br

**Dieter Rugard Siedenberg**

Professor Doutor no Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional- Universidade de Santa Cruzdo Sul (UNISC).

E-mail: dieterrs@unijui.tche.br

**Carlos Honorato Schuch Santos**

Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

E-mail: chonorato@terra.com.br

**Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC**

Av. Independência, 2293 - Bairro Universitário  
Santa Cruz - RS  
CEP: 96815-900

**Universidade de Caxias do Sul - UCS**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1180 - Bairro: Petrópolis  
Caxias do Sul - RS  
CEP: 95070-560